

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS ARARANGUÁ**

Guilherme Paraol de Matos

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DE  
SANTA CATARINA (FAPESC) COMO AGENTE DE FOMENTO  
DO SISTEMA REGIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

Araranguá, dezembro de 2014.



Guilherme Paraol de Matos

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DE  
SANTA CATARINA (FAPESC) COMO AGENTE DE FOMENTO  
DO SISTEMA REGIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

Trabalho de Curso submetido à  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, como parte dos requisitos  
necessários para a obtenção do Grau de  
Bacharel em Tecnologias da  
Informação e Comunicação.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Leites  
Esteves.

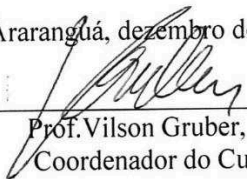
Araranguá, dezembro de 2014.

Guilherme Paraol de Matos

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DE  
SANTA CATARINA (FAPESC) COMO AGENTE DE FOMENTO  
DO SISTEMA REGIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

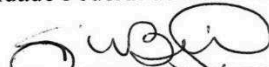
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado aprovado para a obtenção do Título de Bacharel em Tecnologias da Informação e Comunicação, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação.

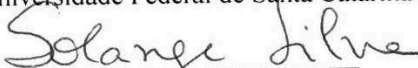
Araranguá, dezembro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Wilson Gruber, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo Cesar Leites Esteves, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Simone Meister Sommer Bilessimo, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Solange Maria da Silva, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina



Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe, minha noiva e meus queridos pais.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade me dada de viver e de poder realizar este trabalho no meio de pessoas que me amam, respeitam, instigam, valorizam e que muito contribuíram para o meu desenvolvimento social, intelectual e cultural.

Agradeço a minha mãe por todo apoio moral, toda palavra animadora, pelo incentivo dado desde meus primeiros anos no ensino, assim como também na universidade, sem ela nada seria possível, sendo a principal responsável pela minha formação.

Ao meu pai, *in memoriam*, que me possibilitou vir a esse mundo, e que me fez orgulhar de seu exemplo de homem batalhador e honesto, conseguindo seus objetivos sem prejudicar ninguém, pai você é meu herói.

Não poderia deixar de citar minha noiva, que mesmo muitas vezes sem a atenção devida dada por mim, soube me respeitar neste momento tão importante da minha vida, sempre me incentivando, apoiando e segurando minha mão nos momentos de medo e tensão por todo o período acadêmico e na escrita deste trabalho de conclusão de curso.

Agradecer também a todos meus familiares, principalmente meus irmãos, que mesmo indiretamente sempre me mandaram pensamentos positivos e me felicitaram em todas as conquistas.

Ao longo desses anos fiz muitos amigos nesta universidade, que tenho certeza, muitos levarei para vida toda, então os agradeço por fazer do ambiente universitário, um ambiente amigável e de acolhimento.

O que falar do meu orientador, pessoa maravilhosa que me abriu as portas do seu laboratório, LABNITA, para realização de estágios e deste trabalho, ao professor Paulo Esteves, o meu muito obrigado.

Tudo isso não seria possível sem a Universidade Federal de Santa Catarina, no qual serei eternamente grato pela oportunidade de estudar em uma das melhores universidades do país, e por todo conhecimento que ela me ofereceu e que levarei para sempre como cidadão e profissional.

Aos professores que contribuíram de maneira direta para minha formação.

Por fim, meu muito obrigado por todos aqueles que contribuíram ao longo desta jornada acadêmica.





“Conhecimento não é aquilo que você sabe,  
mas o que você faz com aquilo que você  
sabe.”

(Aldo Novak)



## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar a Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC), buscando analisar sua atuação como agente de estruturação do Sistema Regional de Inovação. Os conceitos apresentados são referentes à importância da inovação para o crescimento econômico nacional; ao desenvolvimento científico e tecnológico; ao Sistema de Inovação Nacional e os Sistemas Regionais de Inovação. Assim como a função do poder público em apoiar a CT&I por meio de seus mecanismos de descentralização. Nesse entendimento, entram as FAPS como agentes fomentadoras nos estados brasileiros e as instituições que compõe o Sistema Regional de Inovação no estado catarinense. Então, o trabalho ressalta a história da Fundação em forma de uma linha do tempo. Desde o início do apoio à Ciência e Tecnologia, em Santa Catarina, na década de 80. São explanadas as principais características da Fundação. Ressalta-se a importância que os parceiros da FAPESC possuem para que ela possa operar com recursos expressivos, como a FINEP, CNPq CAPES, e Ministério da Saúde por meio da Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), que contribuem para o repasse de recursos. Os recursos não reembolsáveis para CT&I são apoiados por meio de editais, eventos e concessões de bolsas. Também são apresentados dados de seu orçamento referentes aos anos de 2012 e 2013, que foram repassados para programas, projetos eventos e afins. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi bibliográfica, documental e qualitativa. Conclui-se que a FAPESC é uma das FAPs mais atuantes dentre as 27 existentes. Porque este setor corresponde como principal meio de repasse de dinheiro público para Ciência Tecnologia e Inovação no estado. Isso fica evidente quando analisamos seu orçamento total que chegou a quase 60 milhões de reais no ano de 2012 e superou esse valor em 2013.

**Palavras-chave:** FAPESC. Inovação. Tecnologia.



## ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the Foundation of support for Research of Santa Catarina (FAPESC) it's seeking to analyze his performance as structuring agent of the Regional Innovation System. The concepts presented are concerning the importance of innovation to national economic growth; for scientific and technological development; for National Innovation System and the Regional Innovation Systems. Even as the function of government to support the ST&I through their decentralization mechanisms. On this understanding, enter the FAPS as fueling agents in the Brazilian states and institutions that compose the Regional Innovation System in Santa Catarina state. Therefore, the work emphasizes the history of the Foundation in the form of a timeline. Since the beginning of support for Science and Technology in Santa Catarina in the 80's. It has explained the main characteristics of the Foundation. It is emphasizes the importance, that FAPESC partners have so that it can operate with significant resources, such as FINEP, CNPq, CAPES, Ministry of Health and by the Secretary of Science, Technology and Strategic Inputs (SCTIE), which contribute to the transfer of resources. The resources have not refundable to ST&I, supported through public announcements, events and award of grants. They have presented also data regarding its budget for the years 2012 and 2013, which were, passed on to programs, events and related projects. The methodology utilized for bibliographic, documental e qualitative. It is concludes that the FAPESC is one of the most active FAPs among the existing 27. Because this sector corresponds as the principal means of public money transfer for Science Technology and Innovation in the state. This becomes evident when analyzing its total budget that reached nearly 60 million reais in 2012 and it surpassed this value in 2013.

**Keywords:** FAPESC. Innovation. Technology.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Estimativa de Recursos .....	44
Figura 2: Linha do Tempo História da FAPESC .....	47
Figura 3: Logomarca da FAPESC .....	49
Figura 4: Investimento em Incubadoras.....	62
Figura 5: Recorte do MAPA de CTI 2010.....	76





## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Dados de 2012 .....	61
Tabela 2: Programa GeraçãoTEC (2012) .....	63
Tabela 3: Total do Orçamento - 2012.....	64
Tabela 4: Exemplos de Programas, projetos e chamadas públicas em 2013.....	64
Tabela 5: Total do Orçamento em 2013 .....	64
Tabela 6: Fontes de Recursos da FAPESC em 2013 .....	65
Tabela 7: Resumo 2013 .....	77
Tabela 8: Fontes de Recursos Completo.....	78



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável  
CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa  
CONCECT – Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia  
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação  
FA – Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná  
FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco  
FAP – Fundação de Amparo à Pesquisa  
FAPAC – Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre  
FAPDF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal  
FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas  
FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas  
FAPEAP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá  
FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás  
FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão  
FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso  
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais  
FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Piauí  
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS  
FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro  
FAPERN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte  
FAPERO – Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia  
FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo  
FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina  
FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba  
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FAPESPA – Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa

FAPITEC – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica de Estado de Sergipe  
FAPT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Tocantins  
FEPA – Fundo Rotativo de Estimulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FUNDECT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Mato do Grosso do Sul  
FUNNTEL – Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações  
FUNTEC – Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico  
IEL – Instituto Euvaldo Lodi  
LABNITA – Laboratório do Núcleo de Inovação Tecnológica  
IPPT – Inovação de Produtos e Processos Tecnológicos  
MCT&I – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação  
MEC – Ministério da Educação  
MS – Ministério da Saúde  
PAPPE-Subvenção – Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa  
PITCE – Política Industrial Tecnológica e de Comercio Exterior  
PROTEC – Pró-inovação na Indústria Brasileira  
RH – Recursos Humanos  
SC – Santa Catarina  
SCTIE – Secretária da Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos  
SDS – Secretária do Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Santa Catarina  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa  
SECT&I – Sistema Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SNCT&I – Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
SNI – Sistema Nacional de Inovação  
SRCT&I – Sistema Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
SRI – Sistema Regional de Inovação  
TECNOVA/SC – Programa de Subvenção Econômica a Inovação na Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Catarinense  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
1.1 OBJETIVOS .....	29
<b>1.1.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>29</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>29</b>
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	30
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>31</b>
3.1 SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO..	31
3.2 SISTEMA REGIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO..	33
3.3 A FAPESC .....	38
3.4 HISTÓRICO DAS FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA.....	41
3.5 CARACTERÍSTICAS DAS FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA.....	42
3.6 CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA (CONFAP) .....	43
3.7 APOIO A CT&I EM SANTA CATARINA E CRIAÇÃO DA FAPESC ..	45
3.8 CARACTERÍSTICAS DA FAPESC .....	48
3.9 RECURSOS FINANCEIROS DA FAPESC .....	49
<b>3.9.1 Recursos Oriundos Do Estado Catarinense .....</b>	<b>49</b>
<b>3.9.2 Recursos De Repasses De Outras Entidades Para A FAPESC .....</b>	<b>50</b>
3.10 MINISTÉRIO DA SAÚDE – SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) .....	50
3.11 CNPQ – MCT .....	51
3.12 COORDENAÇÃO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) .....	52
3.13 FINEP .....	53
3.13.1 FUNDOS SETORIAIS DA FINEP .....	54
3.14 FORMAS E INSTRUMENTOS DE APOIO DA FAPESC .....	55
<b>3.14.1 Políticas Públicas .....</b>	<b>55</b>
<b>3.14.2 Programas .....</b>	<b>56</b>
<b>3.14.3 Projetos .....</b>	<b>58</b>
3.15 RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS NA ÁREA DE CT&I .....	59
<b>3.15.1 Apoio por Editais .....</b>	<b>59</b>
<b>3.15.2 Apoio Por Meio de Eventos .....</b>	<b>60</b>
<b>3.15.3 Apoio Por Meio de Bolsas .....</b>	<b>60</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>60</b>
4.1 DADOS DA FAPESC 2012-2013 .....	61
<b>5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO A – Descrição .....</b>	<b>76</b>







## 1 INTRODUÇÃO

A economia nacional vive um momento importante de desenvolvimento e expansão, buscando competitividade e visibilidade no cenário mundial. Nesse processo entra o papel da inovação para elevar o crescimento econômico das empresas, e principalmente desenvolver o crescimento científico e tecnológico. Assim, governo e empresas direcionam cada vez mais seus esforços e recursos para apoiar a inovação internamente e buscar posição de destaque no mercado. A inovação dentro de uma empresa ou instituição faz com que haja um crescimento diferencial e potencial dessas instituições em relação aos seus concorrentes e ao mercado, fazendo respectivamente a economia nacional crescer e se fortalecer, por meio de uma maior competitividade entre suas indústrias.

Segundo Schumpeter (1942), a inovação ocasiona um impulso interno no capitalismo sendo transformador economicamente, gerando desenvolvimento, o capitalismo é renovado, sendo a inovação o gerador da economia. Segundo ele:

O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, novos mercados, métodos de produção ou transporte, formas de organização industrial, que a empresa capitalista cria. (SCHUMPETER, 1942, APUD SANTOS, 2010, p.17)

Segundo economista Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) apud Santos (2010), a expansão econômica é responsável pelo crescimento que não pode ser explicado pelo crescimento do capital e do trabalho. Uma economia normal e saudável não é a que está em equilíbrio, mas a que está constantemente sendo “rompida” por inovações tecnológicas. Longos períodos de crescimento encerram-se quando a tecnologia está madura e o retorno dos investidores declina.

Segundo glossário da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) (2012), a inovação de produtos e processos tecnológicos (PPT), compreende as implantações de produtos e processos tecnologicamente novos e substanciais melhorias tecnológicas em produtos e processos. Uma inovação PPT é considerada implantada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Esse tipo de inovação envolve uma série de

atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Uma empresa inovadora em Produtos e Processos Tecnológicos, é uma empresa que tenha implantado produtos ou processos tecnologicamente novos ou com substancial tecnologia durante o período em análise. A exigência mínima é que o produto ou processo deve ser novo (ou substancialmente melhorado) para a empresa (não precisa ser novo no mundo). Estão incluídas inovações relacionadas com atividades primárias e secundárias, bem como inovações de processos em atividades similares.

É importante conhecer aspectos gerais relevantes sobre como saber e implantar uma inovação, preparando-se melhor para lidar com essas políticas dentro de empresas e instituições. Há muito interesse para que a inovação seja cada vez mais crescente no país, e esse interesse parte principalmente do poder público.

É ele que cada vez mais está apoiando a pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), porque isso influencia fortemente no crescimento da economia de uma nação e a sua capacidade de criar e inovar é elemento chave para o seu desenvolvimento.

Pode-se então, destacar o papel da inovação como sendo de suma importância estrategicamente para o crescimento econômico. Inovar é preciso e segundo Leis (2013) uma das autoras do artigo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: o Resultado da Cooperação nas Empresas Privadas e Estatais a partir de 2000, revela que empresas públicas inovam cerca de 66% a mais que as privadas, sendo assim pode-se notar um interesse expressivo do poder público em incentivar e alavancar esse processo nas estatais, e apoiando a inovação nas empresas privadas.

Vê-se como é importante o papel de inovação para o desenvolvimento econômico nacional, por isso, existem os sistemas de inovação, que buscam integrar instituições de diferentes características que agindo sinergicamente contribuem para que esse processo de inovação seja alcançado de forma a trazer contribuições para a comunidade, assim como para empresas privadas e estatais, fomentando o desenvolvimento nacional.

O Brasil, como um país de grande extensão territorial, e com regiões bem peculiares e distintas quanto a cultura, economia e desenvolvimento, faz com que haja sistemas de inovação diversificados, formando os Sistemas Regionais de Inovação com características próprias derivadas da natureza das suas economias e sociedades com forte conotação regional.

Segundo Cooke (1992) apud Junior (2012), o conceito de Sistema Regional de Inovação, determina uma série de políticas regionais que alavanquem a inovação e a competitividade econômica e social regional.

Esta pesquisa então visa contemplar com uma visão mais detalhada umas das fundações públicas que formam o Sistema Regional de Inovação (SRI) de Santa Catarina, que dá apoio à pesquisa e inovação, ligada ao poder público estadual, chamada Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Detalhando sua história ao longo do tempo, pode-se esboçar o seu apoio às empresas e instituições que participam de seus programas, assim como conhecer o início do fomento à CT&I no estado catarinense, mostrando as formas de apoio e seu papel no Sistema Regional de Inovação.

Neste cenário apresentado tem-se a seguinte indagação: como acontece a política de apoio à CT&I no estado de Santa Catarina realizado pela FAPESC e como seus recursos fomentam a pesquisa e inovação na área de tecnologia pelas regiões do estado?

## 1.1 OBJETIVOS

Os objetivos geral e específicos a seguir apresentados serão descritos e respondidos ao longo deste trabalho.

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação, a FAPESC como agente de estruturação do Sistema Regional de Inovação do estado de Santa Catarina.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Pesquisar sobre estado da arte dos conceitos ligados a sistemas regionais de inovação.

Analisar a formação histórica organizacional da FAPESC.

Identificar os modos de atuação da FAPESC.

Identificar os principais instrumentos e parcerias da FAPESC.

Pesquisar a estruturação do Sistema Regional de Inovação do estado de Santa Catarina.

## 1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho é composto por uma introdução no capítulo 1 ao tema de pesquisa, compondo a ideia geral do trabalho, além da pergunta de pesquisa. Após isso são apresentados os objetivos geral e específicos do mesmo no capítulo 1, seção 1. A partir disso, no capítulo 2 a metodologia utilizada neste trabalho é apresentada. No capítulo 3 se inicia a revisão bibliográfica que representa toda a parte conceitual que visa atender os requisitos referentes aos objetivos. Nela é estruturada o entendimento do trabalho. No capítulo 4, consta os resultados e discussões da pesquisa referente a FAPESC e por fim no capítulo 5, é a conclusão da pesquisa com algumas recomendações.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho foi constituído por meio de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e documental sobre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. (LAKATOS, 2010)

A pesquisa bibliográfica abrange toda obra científica já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses, etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. (LAKATOS, 2010)

A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados, cientificamente, autênticos. Realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de quaisquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc., notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE E ANDRÉ, 1986)

O trabalho possui uma primeira etapa, na qual são apresentadas os conceitos da pesquisa, e uma segunda etapa, onde é analisado os dados referentes a atuação da FAPESC.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Neste capítulo será apresentada toda a revisão conceitual referente a pesquisa.

#### **3.1 SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Para que se entenda o funcionamento do fomento a inovação no país é importante entender as relações e os conceitos que descrevem essas políticas e os sistemas que o circundam para que esse processo possa ser viabilizado.

Segundo o Manual de Oslo, 3º edição (2005), uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Para Guimarães (2000), “inovação é a introdução no mercado de produtos, processos, métodos ou sistemas não existentes anteriormente ou com alguma característica nova ou diferente da até então em vigor.”

O Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação é o grande sistema que contempla o país de forma geral e as relações entre centros de pesquisa, universidades e empresas.

Christopher Freeman é um dos principais autores que definem Sistema de Inovação. Segundo Freeman (1987, 1995) apud Ieis (2013), ele define Sistema de Inovação como o conjunto de relações exercidas por diversos atores que formam um conjunto de instituições contribuindo para progresso tecnológico dos Estados, que conseqüentemente determina o desenvolvimento socioeconômico. Albuquerque se refere ao conceito de Freeman como importante pelo fato de proporcionar uma reflexão coletiva e o diálogo com outras áreas do conhecimento desenvolvendo essa relação entre as instituições. (ALBUQUERQUE, 2004).

Pelaez e Szmrecsányi (2006), descrevem em seus trabalhos, o papel das diversas instituições para o desenvolvimento da inovação, sendo que segundo eles, a inovação não ocorre de forma isolada. É importante ainda que esses agentes participem desse processo, e que o benefício ocorra mutuamente. Eles destacam então o papel das universidades, órgãos do governo, empresas privadas, instituições de pesquisa e de financiamento como os principais agentes do sistema de inovação. (PELAEZ; SZMRECSÁNYI 2006 p. 417).

Lundvall (1992) apud Santos (2010), apresente uma outra definição no qual, “o sistema de inovação como sendo constituído por elementos e relações que interagem na produção, na difusão, e na utilização de novos conhecimentos economicamente úteis”. Ainda numa visão mais abrangente ele explicita o sistema de inovação como incluindo todas as partes e aspectos da estrutura econômica e institucional que afetam o conhecimento, como pesquisa, sistema de produção, sistema de marketing e financeiro. (LUNDVALL 1992, APUD SANTOS 2010)

Um conceito mais recente é apresentado por Albuquerque (2004), no qual ele mostra que o sistema nacional de inovação está composto com diversos participantes integrando um arranjo institucional: 1- firmas e suas redes de cooperação e interação; 2 – universidades e institutos de pesquisa; 3- instituições de ensino; 4 – sistema financeiro; 5- sistemas legais; 6- mecanismos mercantis e não mercantis de seleção; 7- governos; 8- mecanismos e instituições de coordenação. Segundo ele, esses componentes interagem entre si, articulam-se e possuem diversos mecanismos que acarretam processos de “círculos virtuosos.”

O Brasil ao longo de sua história, principalmente a partir de 1930, vem buscando fortalecer seu Sistema de Inovação, no qual as décadas de 50 e 60 são consideradas as mais significativas para o início da estruturação do SNCT&I, já que a década de 50 corresponde o início da política de CT&I no Brasil, porém a década de 80 é o oposto, sendo considerada a década perdida em relação a CT&I. Como exemplo mais recente desse processo de fortalecimento, em 2002, o Brasil elaborou a Política Nacional de CT&I. (IEIS, 2013)

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, envolve tudo o que diz respeito a CT&I no Brasil. Isso correspondia em 2010 segundo quadro de atores do MCTI, a 12 ministérios, 20 unidade de pesquisa, 28 universidades e 25 Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPS). Atualmente, o número de FAPS já atinge 27. Pode-se considerar um período relativamente longo a existência desse processo que, efetivamente, iniciou na década de 50 no qual se levaram quase 30 anos para que houvesse um Sistema de Inovação, porém, ele pode ser



considerado recente na comparação com países desenvolvidos. Sendo assim, esse sistema apresenta alguns pontos a serem melhorados, apresentando alguns déficits desde sua concepção. (OCTAVIANO, 2011)

Para Krieger (2011) apud Octaviano (2011), os principais desafios a serem atendidos são: “aumentar a qualidade da nossa produção científica, que deve ser mais competitiva a nível internacional, e acelerar a transferência do conhecimento para a aplicação (inovação), matéria na qual ainda estamos relativamente atrasados, a julgar pelo número de patentes registradas e pequeno número de doutores trabalhando no setor privado.” Já Rezende, ex-ministro de Ciência e Tecnologia e ex-presidente da Finep, enumera os recursos ainda insuficientes, a burocracia e o fato de várias FAPs não atuarem bem, como os principais pontos fracos do sistema. (OCTAVIANO, 2011)

Sendo assim, o Sistema Nacional Brasileiro é importante para o desenvolvimento e consolidação da CT&I no país, mas há que ser enfrentado muitos desafios devido à defasagem em relação aos países desenvolvidos, para isso o poder público deve atuar de maneira mais efetiva e coordenada, por isso sua estruturação se torna tão necessária.

### 3.2 SISTEMA REGIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No Brasil, os Sistemas Regionais de Inovação que compõem o Sistema Nacional de Inovação, devido à grande extensão territorial e regiões com características e necessidades muito peculiares os Sistemas Regionais atuam conforme as características específicas de cada parte do país.

A FAPESC, objeto dessa pesquisa faz parte do se do Sistema Regional de CT&I do estado Catarinense junto com um grande conjunto de instituições públicas e privadas de diversas naturezas.

Segundo o Manual de Oslo, 3º edição (2005), os sistemas regionais de inovação podem desenvolver-se paralelamente aos sistemas nacionais de inovação. A presença, por exemplo, de instituições locais de pesquisa pública, grandes empresas dinâmicas, aglomerações de indústrias, capital de risco e um forte ambiente empresarial pode influenciar o desempenho inovador das regiões. Isso gera um potencial para contratos com fornecedores, consumidores, competidores e instituições públicas de pesquisa. A infraestrutura também exerce um papel importante.

Os Sistemas Regionais de CT&I seriam um conjunto de agentes que detém conhecimento suficiente para transformar esse conhecimento em inovação. Para Santos (2010), estes podem ser identificados como um

conjunto significativo de gerenciadores, sendo captadores e adaptadores de conhecimento científico e tecnológico e contando com a existência de condições para a transformação desse conhecimento em inovação.

As desigualdades regionais correspondem a um fator determinante para a complexidade e desafios de um sistema nacional de inovação, conforme Silva (2009), apud Santos (2010), a complexidade e a amplitude dos desafios associados ao estabelecimento de sistemas de inovação são enormes. As disparidades regionais, principalmente em países continentais como o Brasil, prejudicam a eficácia de políticas públicas uniformes, uma vez que nem todas as regiões são capazes de aproveitar as condições favoráveis das políticas nacionais.

Segundo Cooke (1992) apud Junior (2012), o conceito de Sistema Regional de Inovação determina uma série de políticas regionais que alavanquem a inovação e a competitividade econômica e social.

O Brasil é um país continental e diversificado o que torna complexo a implementação de políticas de sistemas nacionais de inovação, pois estes tem caráter e dimensões macro, sendo que os SRI procuram concentrar esforços na criação de políticas baseadas numa cultura geograficamente localizada de incentivo à inovação, onde muitas vezes, a cultura local e os conhecimentos presentes nas organizações e na sociedade, poderão auxiliar na própria estruturação do SRI. (LABIAK JUNIOR, 2012)

Vacarezza (2004) apud Santos (2010), descreve três agentes no triângulo que se espera de um sistema de inovação, local, regional ou nacional, sendo estes, empresa, academia, e governo. Porém, se esses agentes atuarem de maneira isolada, o sistema composto não resultará em ações concretas pois para isso se torna necessário uma sinergia na interação entre esses agentes e uma mínima coordenação entre os mesmos. Então, para List (1983), apud Santos (2010), cabe ao Estado esse papel de coordenação e execução de políticas de longo prazo para desenvolvimento da economia como um todo. (SANTOS, 2010)

Pode-se, então, com base na literatura se afirmar que SRI é uma rede de interação entre as instituições públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais que trabalham na geração, explicitação, uso e disseminação do conhecimento. (LABIAK JUNIOR, 2012)

Após analisado o papel, os agentes e tudo que envolve o SNICT&I e o SRI, descritos anteriormente pelos diversos autores, o foco será o estado catarinense e seu Sistema Regional de Inovação.

No estado de Santa Catarina, há diversas instituições que fazem parte do SRCT&I.

Essas entidades foram e são importantes para que houvesse inicialmente a criação do SRCT&I, principalmente com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, e seu desenvolvimento com advento da criação de outras entidades como a Universidade Do Estado de Santa Catarina (UDESC), Sistema ACADE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais, SEBRAE-SC, FIESC/IEL, Secretaria Estadual (Núcleo Estadual de Ciência e Tecnologia), SDS, FUNCITEC, posteriormente FAPESC, e as diversas secretarias do Sistema Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação que compõe o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCECT).

Essas entidades interligadas correspondem ao Sistema Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina, cada uma com sua contribuição para o estado.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, foi fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir dos anos 80, a instituição passou a investir intensamente na expansão da pós-graduação e pesquisa, além de apoiar a criação de centros tecnológicos no estado de Santa Catarina e desenvolver uma série de projetos de extensão voltados à sociedade. Atualmente, a UFSC tem mais de 35.000 estudantes matriculados em cursos de pós-graduação, graduação, educação a distância, ensino técnico, médio, fundamental e infantil. Conta também com aproximadamente 3.000 servidores técnico-administrativos e mais de 2.000 docentes, sendo a maioria doutores. Além disso, concede mais de 10.000 bolsas de estudos para estudantes de graduação e dispõe de uma biblioteca com mais de 600.000 publicações. (UFSC, 2014)

Outra entidade que compõe o SRI é a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, criada em 1965 e que conta atualmente com 11 centros espalhados pelo estado. Ela, tem pôr fim a produção, preservação e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas diversas áreas do conhecimento, comprometidos com a cidadania e a socialização do saber; estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade na busca de soluções coletivas e na construção de uma sociedade democrática, plural e ética; promover a inclusão social e étnica, respeitando a diversidade cultural; contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a busca da erradicação das desigualdades sociais e a utilização de tecnologias ecologicamente orientadas; estimular, promover

e manter a investigação científica; fomentar e promover de recursos as atividades de ensino, de pesquisa, e de extensão, no âmbito da UDESC, e fomentar e promover de recursos as atividades de ensino, de pesquisa, e de extensão, no âmbito da UDESC. (UDESC, 2012)

A ACAFE (2014) foi criada em 1974, quando os presidentes das fundações educacionais criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado constituíram a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais, entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal, e sua missão atual é desenvolver o ensino, ciência, tecnologia e inovação pelo compartilhamento de ações e competências para assegurar o fortalecimento das IES associadas em prol da educação superior em Santa Catarina. (ACAFE 2014)

O SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. (SEBRAE, 2014)

O Sistema Sebrae, atualmente é mantido pela iniciativa privada, através do recolhimento compulsório na Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS). Este recolhimento sobre salários de contribuição varia dependendo do ramo de atividade da empresa, podendo ainda esta ser isenta. A entidade promove cursos de capacitação, facilita o acesso a serviços financeiros, estimula a cooperação entre as empresas, organiza feiras e rodadas de negócios e incentiva o desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda. São centenas de projetos gerenciados pelas Coordenadorias Regionais e de Gestão. (SEBRAE, 2014)

O Sebrae/SC tem como missão, “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Santa Catarina.” (SEBRAE, 2014)

O Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina IEL/SC, faz parte do Sistema FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, juntamente com CIESC, SESI, SENAI, e FIESC. (IEL/SC, 2014). O IEL/SC é constituído sob a forma de sociedade civil sem fins econômicos,

é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter técnico-cultural e educacional, sendo regido pela lei e pelo seu estatuto. (IEL/SC, 2014)

A história do IEL/SC inicia em 1969 pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e pelos departamentos regionais do Serviço Social da Indústria (SESI/SC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC), na condição de núcleo regional do IEL Núcleo Central (IEL/NC). Recebeu o nome do idealizador e primeiro presidente da CNI, Euvaldo Lodi e foi criado com o objetivo de promover a interação universidade-indústria em nível regional, por meio da administração de estágios de alunos universitários nas indústrias. (IEL/SC, 2014)

Em 1989, o Instituto Euvaldo Lodi/SC - IEL/SC, mediante reestruturação organizacional, passou a desenvolver projetos e serviços de apoio às empresas industriais do Estado, seguindo as diretrizes e os programas estabelecidos pelo IEL/NC. Em 1994, por meio de reformulação estatutária, o IEL/SC passou a ter como função principal promover, estimular e articular a parceria entre indústrias, instituições de ensino/pesquisa e entidades governamentais, agindo como indutor e executor de projetos respaldados por estratégias estabelecidas por seu Conselho Consultivo. Essa ampliação de escopo contribuiu para tornar o IEL/SC uma referência para os demais núcleos regionais, na busca da consolidação de seu papel dentro do Sistema CNI e das Federações de Indústria de todo o país.

O IEL/SC então consolidado como participante do Sistema da FIESC se tornou responsável pela articulação entre o setor produtivo, os agentes de fomento e as instituições de ensino e pesquisa, mediando essas entidades que são importantes no processos de composição do Sistema Regional de Inovação, sendo que como já descrito pelos atores aqui citados, um sistema de inovação se dá quando ocorre uma interação sinérgica entre as entidades, com isso o IEL/SC vem cumprir com esse papel mediador. (IEL/SC, 2014)

A secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina SDS (2014) é o órgão do Governo do Estado de Santa Catarina responsável pela coordenação de políticas públicas nas áreas de desenvolvimento econômico; apoio às micro e pequenas empresas; ciência, tecnologia e inovação; recursos hídricos; meio ambiente e saneamento; e sustentabilidade e mudanças climáticas.

Segundo a SDS (2014), a secretaria começa sua história em 1983 como GEPLAN, após algumas mudanças ao longo dos anos, em 2003 é inicialmente feita a integração da antiga Secretaria da Família com a do Meio Ambiente, formando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Social, Urbano e Meio Ambiente. Com a reforma administrativa ocorrida em 2005, Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, a então Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente foi transformada em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, permanecendo a sigla SDS. Na terceira reforma administrativa, Lei Complementar nº 381 de 7 de maio de 2007, a competência da SDS foi alterada, transformando-a em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, mantendo a sigla SDS. (SDS, 2014)

Essas instituições corroboram para o desenvolvimento científico e tecnológico estruturando juntamente com a FAPESC o Sistema Regional de CT&I do estado de Santa Catarina. Para que seus esforços não ocorram de maneira isolada, é necessária uma intermediação entre essas instituições, papel este que a FAPESC também desenvolve.

### 3.3 A FAPESC

A FAPESC é caracterizada como uma fundação, portanto, é necessária a definição do que se trata o termo, além desta ser uma fundação pública, sendo assim com características peculiares. O autor traz alguns conceitos pertinentes à fundação, sendo sua compreensão necessária para o melhor entendimento da pesquisa Maximiliano (2002), apud Silva (2014) define fundação de uma maneira mais abrangente:

Denomina-se fundação um instituto com objetivo religioso, humanitário ou cultural, oriundo de liberalidade feita por meio de ato inter vivos ou causa mortis. Diverge da corporação ou sociedade; porque estas são formadas pela convergência da vontade de diversas pessoas, que administram e dirigem o conjunto; ao passo que advém aquela da resolução magnânima ou piedosa de um só indivíduo, que destina vultoso patrimônio para se constituir e manter a instituição por ele almejada. Em regra, ele mesmo indica o modo de funcionamento e a direção geral; não raro, incumbe sociedade já existente, do encargo de organizar e orientar a fundação.

Para Silva (2014) conceituam-se as fundações instituída pelo Poder Público como sendo:

...o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei.

Segundo Silva (2014), a lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987, que alterou o artigo 4º do Decreto-lei n.º 200, classificou de forma definitiva as “fundações públicas” na mesma categoria das entidades da Administração Indireta e, no artigo 5º do Decreto-lei n.º 200, conceituou as fundações da seguinte forma:

A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Para o código civil brasileiro de 2002, fundação é uma pessoa jurídica, tão quanto associações e sociedade civis. Mas em sua forma estrutural ela possui muitas diferenças em relação a essas instituições citadas. As fundações tem regulamento especial pelo Código Civil capítulo III, (arts.62/69), desde sua criação até sua extinção. Abaixo os artigos que se referem a fundação.

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 64. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real,

sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

Art. 65. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

§ 1o Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.

§ 2o Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II - não contrarie ou desvirtue o fim desta;

III - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 68. Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante. (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2002)

Desta maneira, o conceito compreendido pelos autores se aproxima daquela composta em lei, pelo código civil no qual a FAPESC se enquadra basicamente sendo de ordem pública e criada para um dos fins, que podem ser religiosos, morais, culturais ou de assistência.



### 3.4 HISTÓRICO DAS FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA

A primeira Fundação de Amparo à Pesquisa surgiu no estado de São Paulo, sendo formalmente criada em 1960 (Lei Orgânica 5.918, de 18 de outubro de 1960) e começou a funcionar efetivamente com o nome de Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) cumprindo disposição da Constituição estadual de 1947, com o objetivo de incentivar e subsidiar a pesquisa no Estado, especialmente à desenvolvida nas universidades. (FAPESP, 2014)

Ao longo dos anos, essas fundações foram surgindo no Brasil com apoio da constituição nacional e amparadas por leis estaduais, baseadas no modelo da FAPESP. Em 1964, surgiu a segunda FAP no país, localizada no Rio Grande do Sul, denominada FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), com a finalidade de ser uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas fixadas para o setor. (FAPERGS, 2010)

Essas duas foram as pioneiras na década de sessenta, após isso, apenas em 1980, surge a terceira fundação no estado do Rio de Janeiro, a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). A FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) foi criada em 1985, mas foi durante a década de 90 que o país passou a ver o crescimento das FAPs no restante dos estados brasileiros.

O surgimento das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) revela-se um indicador seguro do novo modelo de se propor o desenvolvimento de CT&I no Brasil, fazendo com que hoje apenas o estado de Roraima não possua uma FAP. (CONFAP, 2014)

Segundo o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (2014), atualmente, existem vinte e sete FAPs no Brasil, A Paraíba possui duas fundações: a FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba); e a FAPEP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba). Outros estados que possuem FAP são: Acre (FAPAC), Alagoas (FAPEAL), Amazonas (FAPEAM), Bahia (FAPESB), Ceará (FUNCAP), Distrito Federal (FAPDF), Espírito Santo (FAPES), Goiás (FAPEG), Maranhão (FAPEMA), Mato Grosso (FAPEMAT), Mato do Grosso do Sul (FUNDECT), Pará (FAPESPA), Paraná (ARAUCÁRIA), Pernambuco (FACEPE), Piauí (FAPEPI), Rio Grande do Norte (FAPERN), Sergipe (FAPITEC); Tocantins (FAPT) e Rondônia (FAPERRO), e a fundação de Santa Catarina (FAPESC), fundação no qual é objetivo principal de interesse em nosso estudo.

A constituição federal não exige mas incentiva que o estado contribua com recursos orçamentários para as fundações, segundo o artigo 218, § 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Assim, as FAPs tem características comuns com objetivos próximos, mas cada estado é definidor da estruturação e ação de sua FAP. Veremos mais detalhadamente as principais características das FAPs existentes.

### 3.5 CARACTERÍSTICAS DAS FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA

As fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) se caracterizam como uma categoria específica de fundação, sendo que viabilizam recursos para a pesquisa em Ciência e Tecnologia e com foco também em Inovação, CT&I. Esses recursos estão disponíveis para as mais diferentes áreas que envolvam CT&I. As FAPs operam como agentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos. Esses órgãos são responsáveis pelo fomento às pesquisas tecnológicas e científicas. As FAPs estão ligadas aos seus respectivos governos estaduais, exercendo um papel fundamental e necessário de apoio à pesquisa e inovação tecnológica e científica do país, tendo também importante papel nas políticas que correspondem a ciência e tecnologia nacional. (CONFAP, 2014)

Para o então presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais em 2011, Mario Borges, as FAPs são entidades importantes no cenário nacional de apoio à pesquisa e inovação, constituindo-se como o principal meio de alavancar o desenvolvimento de CT&I, tendo como finalidade básica dar apoio a projetos de pesquisa, extensão, ensino, contribuindo para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse de instituições federais contratantes, além de apoiar e realizar eventos com esse propósito. Elas atuam como um canal entre as entidades de pesquisa e empresas públicas e privadas para a colaboração de atividades que cooperam tecnicamente e para prestação de serviços (BORGES, 2011).

Segundo o CONFAP (2014), os Estados estão autorizados a criarem suas fundações de amparo à pesquisa, mas é importante ressaltar que não há uma lei federal que determine a obrigatoriedade de sua criação e funcionamento. Seus recursos provem do orçamento que o estado define para a sua FAP, variando assim, de um estado para o outro.

A importância do estado no papel das FAPs é ressaltada por Krieger (2011) apud Octaviano (2011) que comenta sobre a importância da contribuição dos estados para que tenham atuações regulares.

Segundo Krieger (2011) apud Octaviano (2011), o repasse de fundos do estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro e a importância desse tipo de investimento estadual para a ação das FAPs, relacionando ao papel desenvolvido pela FAPESP, sendo que o repasse dos estados para essas fundações fomentadoras faz com que elas possam agir regularmente e possuam recursos para tal:

Ultimamente, as FAPs de Minas Gerais e Rio de Janeiro passaram a receber regularmente recursos do Estado e estão desempenhando papel equivalente à Fapesp nos seus respectivos estados. O importante é que as FAPs que, praticamente existem em todos os estados brasileiros, passem a ter recursos e atuação regulares.

Desta maneira, cada estado tem autonomia sobre suas fundações de amparo à pesquisa de seus respectivos estados. As FAPS são filiadas ao CONFAP, conselho que integra FAPS de todo o país.

### 3.6 CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA (CONFAP)

As FAPs como são conhecidas as fundações de amparo a pesquisa e inovação dos estados brasileiros tem como órgão articulador o CONFAP, sendo essa uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo melhor articular os interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa. Criado oficialmente em 2007, o Conselho agrega fundações de 25 estados, mais o Distrito Federal. O único estado a não possuir uma fundação de amparo a pesquisa pública é o estado de Roraima. (CONFAP, 2014)

Segundo o site do CONFAP (2014), são três os grandes eixos de atuação das FAPs: 1) fomento à pesquisa científica e tecnológica e à inovação; 2) apoio à formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa; 3) fomento à interação entre os centros geradores do conhecimento e os setores economicamente produtivos.

É imprescindível que as agências estabeleçam políticas que articulem todos os eixos para a promoção do desenvolvimento do Estado. Ressalta-se a existência do Conselho Nacional das Fundações de Amparo

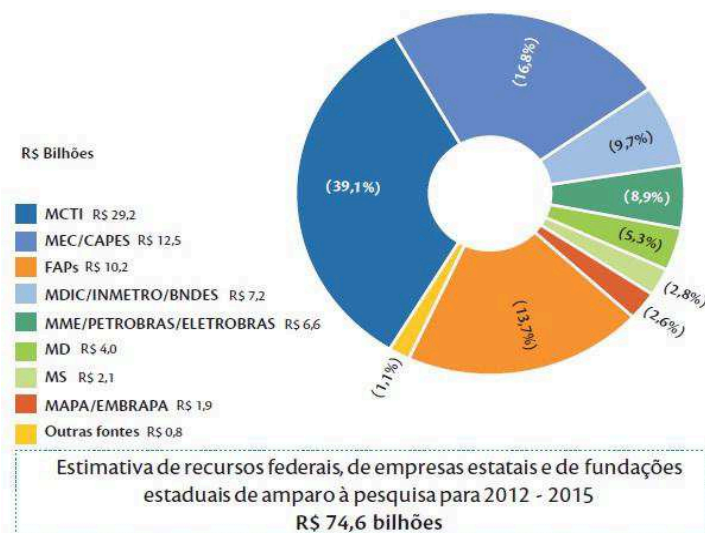
à Pesquisa (CONFAP), criado em 2007, que tem como prioridade contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional de CT&I, no que concerne à formação e avaliação dos objetivos e das diretrizes, bem como à definição de prioridades e de recursos, visando o desenvolvimento científico e tecnológico.

O atual presidente do CONFAP é o professor Sergio Gargioni, presidente da FAPESC. O vice-presidente é o diretor da FAPITEC/SE, professor José Ricardo de Santana. (CONFAP, 2014)

Segundo a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012 - 2015 (2012), a estimativa de recursos de investimentos em CT&I no país leva em conta as atividades de CT&I conduzidas com recursos federais, de empresas estatais federais e das fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs), no âmbito dos eixos de sustentação e dos programas prioritários da ENCTI, bem como no âmbito dos programas complementares.

Os recursos previstos para o período de 2012 a 2015 totalizam R\$ 74,6 bilhões, sendo R\$ 29,2 bilhões do MCTI, R\$ 21,6 bilhões de outros ministérios, R\$ 13,6 bilhões de empresas estatais federais (BNDES, Petrobras e Eletrobrás) e R\$ 10,2 bilhões, de recursos estaduais operacionalizados pelas FAPs, correspondente à (13,7%) do total, como pode ser visto na figura 1:

Figura 1: Estimativa de Recursos



Fonte: ENCTI (2012)

Pelo volume de recursos de investimento previsto se torna perceptível a importância das FAPs no âmbito nacional. A pesquisa passa, então, a analisar como iniciou o apoio à CT&I no estado catarinense e o processo de surgimento de sua FAP.

### 3.7 APOIO A CT&I EM SANTA CATARINA E CRIAÇÃO DA FAPESC

O apoio a CT&I no estado catarinense surge, com força no ano de 1985, quando os primeiros esforços para apoiar a pesquisa são submetidas por meio da Superintendência de Tecnologia, Minas e Energia. (FAPESC, 2011)

Com o advento de um novo governo, no ano de 1990, foi criada a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, e instituído o FUNCITEC, um fundo contábil no qual diretrizes eram estabelecidas pelo Conselho de Política Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina. Sendo o FUNCITEC o fundo que apoiava a pesquisa científica do estado. As leis a seguir constam na Constituição Estadual de Santa Catarina (2014). A lei Nº 7.958, de 05 de junho de 1990 estabelece:

Art. 1º Fica criado o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FUNCITEC, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia.

Posteriormente, o FUNCITEC se vinculou à nova Secretaria de Estado da Tecnologia, Minas e Energia. Na mesma época, a Lei n.8.519, de 8 de janeiro de 1992, formalizou também o Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina.

A lei é apresentada a seguir, vinculando o FUNCITEC à Secretaria de Estado da Tecnologia Energia e Meio Ambiente. A Lei 8.519/92 (Art. 4º) – (DO. 14.358 de 09/10/92) traz o seguinte:

O artigo 1º, ... da Lei nº 7.958, de 5 de junho de 1990, alterada pela Lei nº 8.244, de 17 de abril de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina FUNCITEC, na Secretaria de Estado da Tecnologia Energia e Meio Ambiente.

Em 1995, o FUNCITEC manteve sua sigla ao passar a se chamar Fundação de Ciência e Tecnologia. No mesmo ano, a sede da nova FUNCITEC foi transferida para o prédio do Celta (Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas). Esta representação do governo estadual no ParqTec Alfa contribuiu para alavancar o Polo Tecnológico de Florianópolis, projetado para abrigar uma incubadora de empresas e os empreendimentos nascentes, sob orientação da Fundação Certi (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras). (FAPESC, 2011)

A partir de 2003, a FUNCITEC foi vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Inovação. Apenas em 2005 a sigla virou Fapesc, a Lei Complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005, transformou formalmente a FUNCITEC na FAPESC (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina). A Lei Complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005 traz isso.

Art. 157. Fica transformada a denominação da Fundação de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC para Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC, com as competências definidas nesta Lei Complementar e outras previstas em lei específica.

§ 1º Ficam transferidos à Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC os recursos orçamentários da Fundação de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC.

§ 2º Fica extinto o Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina – FEPA, ficando suas dotações orçamentárias remanejadas para a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

Então, somente a partir de 2011, a FAPESC passou a denominar-se Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina por meio da Lei Complementar nº 234. Até o presente, ela está vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. A LEI COMPLEMENTAR Nº 534, de 20 de abril de 2011 nos mostra isso:

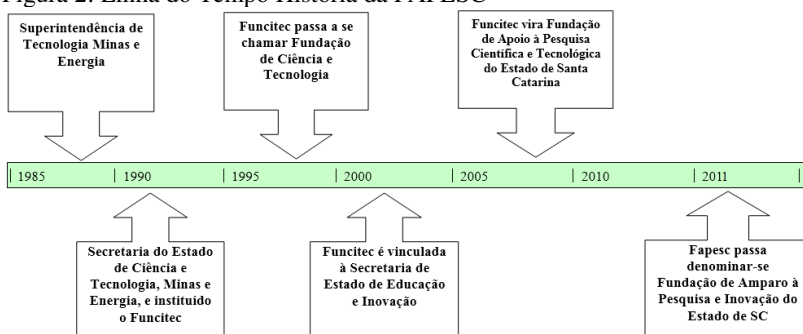
Art. 100. À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC compete:

I - executar planos, programas e orçamentos de apoio e fomento à ciência, tecnologia e inovação, respeitando a política de ciência, tecnologia e inovação, os recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica nos termos do art. 193 da Constituição do Estado, a fim de promover o equilíbrio regional, o avanço de todas as áreas do conhecimento, o fortalecimento da cultura de inovação, o desenvolvimento sustentável e a melhoria de qualidade de vida da população catarinense, com autonomia técnico-científica, administrativa, patrimonial e financeira, de forma conjunta com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI.

Então, desde 2011, a FAPESC possui tais características sendo regulamentada segundo a Constituição Estadual. Ao longo desses anos, a fundação por um período importante de transformações, começando em meados da década de 80, se estruturando a partir da década de 90 por meio do FUNCITEC e, em meados da década de 2000, se transformando na FAPESC, ainda não com esse significado, algo que ocorreu apenas em 2011, fato recente, constituindo dessa maneira a Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina.

Apresenta-se a linha do tempo da FAPESC:

Figura 2: Linha do Tempo História da FAPESC



Fonte: FAPESC(2014)

Assim, a FAPESC é resultante dos esforços iniciais para apoiar a ciência e tecnologia que se iniciou na década de 80 no estado, e que depois da criação do FUNCITEC e as transformações correspondentes fizeram surgir a FAPESC.

### 3.8 CARACTERÍSTICAS DA FAPESC

A FAPESC tem caráter público, com personalidade jurídica de direito privado, possuindo patrimônio próprio, com autonomia administrativa, financeira e operacional. É vinculada a Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e não possui fins lucrativos. (FAPESC, 2011)

A sigla da FAPESC foi atribuída pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, ao FUNCITEC (Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina). Na época, em 2005, FAPESC significava Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina. A mesma sigla foi mantida quando a Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011, alterou o nome da instituição para Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. (FAPESC, 2011)

Segundo a FAPESC (2011), a sua logomarca tem o intuito de passar a ideia de tecnologia, movimento, ser catarinense e ao mesmo tempo segurança e solidez. Possui uma tipografia humanista sem serifa, a Helvética Neue Bold, que é clássica e moderna (não é contemporânea). Além disso, ela transmite a ideia de segurança (por ser mais encorpada), ligada à tecnologia. Somente isso, porém, não dava o movimento necessário a uma "marca" que tinha a função de transmitir Ciência e Tecnologia, para isso foi criado um símbolo. E Saturno foi a inspiração, pois é um planeta núcleo com seus anéis e luas girando em torno. Dando a ideia de movimento eterno, podendo ser entendido, como uma forma da ciência: nêutrons e elétrons. As cores verde e vermelho foram utilizadas para mostrar a origem catarinense da instituição. A figura 3 apresenta a logomarca da FAPESC.

O órgão de deliberação máxima da FAPESC é seu Conselho Superior, constituído por 22 membros titulares e respectivos suplentes, todos sem remuneração. Cada conselheiro tem mandato de 4 anos, que poderá ser renovado uma única vez. (FAPESC, 2011)



Figura 3: Logomarca da FAPESC



Fonte: FAPESC (2011)

### 3.9 RECURSOS FINANCEIROS DA FAPESC

A FAPESC se utiliza de recursos vindos do estado catarinense, assim como de recursos próprios, garantidos pela constituição estadual que visa apoiar à pesquisa e inovação no estado, assim como também repassa fundos financeiros que ela recebe de outras entidades, ou seja, atuando como intermediadora do processo de repasse.

Existem também casos que o montante é compartilhado, sendo que uma entidade apoiadora entra com um determinado valor de repasse e a FAPESC complementa esse repasse com recursos próprios.

Segundo Nunes (2009), os recursos financeiros de uma organização representam os meios monetários detidos por essa mesma organização (ou a capacidade de os obter) e que podem ser utilizados no financiamento da atividade corrente ou na realização de novos investimentos. Constituem desta forma, os recursos financeiros de uma organização todos os meios de pagamento tais como valores em caixa e os depósitos bancários, bem como outros ativos detidos pela empresa exclusivamente para venda ou facilmente convertíveis em meios de pagamento.

#### 3.9.1 Recursos Oriundos Do Estado Catarinense

Os recursos próprios da FAPESC, ao longo da sua criação, foram compartilhados com o setor agropecuário, como constava na criação do FUNCITEC, no ano de 1991, segundo a constituição estadual:

“§ 1º Dos recursos previstos no inciso I, deste artigo, 50% (cinquenta por cento) serão destinados ao Fundo Rotativo do Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina

FUNCITEC, e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina - FEPA.

Atualmente, seus recursos são regidos pela lei complementar de 2011 que define os fundos para FAPESC:

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I do art. 100 desta Lei Complementar serão aplicados de forma conjunta pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC.”

### **3.9.2 Recursos De Repasses De Outras Entidades Para A FAPESC**

Além de recursos próprios, a FAPESC opera com recursos de outras entidades por meio de operações de repasse. As principais entidades que repassam montantes para a FAPESC são a FINEP, o Ministério da Saúde, através de sua diretoria de inovação, o CNPq, através do Ministério de Ciência e Tecnologia, e a CAPES, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Como apresentado anteriormente, há casos em que os recursos são compartilhados, o programa de subvenção econômica à Inovação na Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Catarinense do programa TECNOVA/SC é um exemplo de recursos compartilhados entre FINEP e FAPESC. (FAPESC, 2011)

### **3.10 MINISTÉRIO DA SAÚDE – SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE)**

O ministério da Saúde tem entre suas competências o compromisso de realizar e apoiar pesquisa científica e a tecnologia na área de saúde. Segundo o Ministério da Saúde (2013), a realização de investimento em pesquisas em saúde contribui para o preenchimento de lacunas de conhecimento em áreas prioritárias para a população, interligando o mundo acadêmico e as necessidades de saúde das pessoas. A partir da divulgação deste conhecimento, podem ser desenvolvidos novos procedimentos, ferramentas de intervenção e produtos, como medicamentos, além de permitir a criação de subsídios para a formulação de políticas públicas e para o constante aperfeiçoamento do SUS. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2013)

O Ministério da Saúde possui uma secretaria específica para realizar e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde no âmbito de CT&I, ela é denominada secretaria de Ciência,

Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS). Ela desenvolve políticas nacionais nessa área com o principal objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). Também é responsável por desenvolver políticas de assistência farmacêutica, de avaliação e incorporação de tecnologias no Sistema Único de Saúde e de incentivo ao desenvolvimento industrial e científico do setor, direcionando os investimentos realizados pelo Governo Federal às necessidades da saúde pública. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2013)

Ela trabalha juntamente com outros ministérios e órgãos estatais, para orientar a política do Complexo Industrial da Saúde, desenvolvendo a indústria farmacêutica equipamentos e de tecnologias nessa área. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2013)

Segundo o Ministério da Saúde (2013), desde 2003 ele possui parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundações Federais e Estaduais de apoio à pesquisa - como a FINEP, CNPQ e CAPES e FAPs – destinando cerca de R\$700 milhões para 3,6 mil estudos sobre os desafios da saúde pública no país. Mais de 400 instituições acadêmicas estiveram à frente dessas pesquisas. Esses investimentos efetivam a prioridade do Ministério da Saúde no fomento à pesquisa, para que cada vez mais ocorram avanços na produção científica nacional.

### 3.11 CNPQ – MCT

O CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tem como suas principais atribuições o fomento à pesquisa científica e tecnológica, incentivando a formação de pesquisadores brasileiros. (CNPQ, 2013)

Ele foi criado em 1951, sendo um dos primeiros órgãos criados no país para desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Possui papel importante desde então, contribuindo para o desenvolvimento nacional e fomentando instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros, elevando estes até ao reconhecimento científico internacional, conduzindo políticas de ciência, tecnologia e inovação. (CNPQ, 2013)

Em 1985, o CNPq foi absorvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sendo ele agora o responsável para que se executem as ações definidas com base na política nacional de CT&I, através das entidades de pesquisa a ele vinculadas, como o CNPq. (CNPQ, 2013)

Segundo Tundisi (2001), que presidiu o CNPq entre 95 e 98, “A criação do CNPq é um marco fundamental na história da ciência no Brasil.”

Para Batista (2010) apud Muniz (2010), responsável pelo Serviço de Documentação e Acervo da Instituição, o CNPq corresponde a um dos mais importantes incentivadores da ciência e tecnologia no país, além pioneiro, contemplou as mais diversas áreas de pesquisa nacional, “do desenvolvimento da extração de petróleo em águas profundas à produção e exportação de soja temos a participação da Fundação, com a formação de RH ou investimento direto.”

O CNPq financia principalmente pesquisadores com bolsas de extensão e qualificação, para que seja desenvolvida a pesquisa científica a nível nacional, também promovendo o programa Jovem Cientista.

Sua missão é de fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. (CNPQ, 2013)

### 3.12 COORDENAÇÃO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

A Capes, Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, possui importantes programas de apoio à área de CT&I, dentre eles: o Ciências Sem Fronteiras, My English Online que disponibiliza curso gratuito de inglês, o Plano Nacional de Pós-Graduação. A CAPES tem como criação a data de 11 de julho de 1951 e originalmente denominava-se Campanha Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior.

Segundo a CAPES (2008), seu objetivo é assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país, desde modo a especialização se torna o viés principal de sua existência.

Para apresentar o desenvolvimento da CAPES ao longo da história, a pesquisa descreve um pequeno esboço de sua evolução ao longo das décadas. Em 1953, ela concedeu 79 bolsas, sendo 2 para formação e 23 para aperfeiçoamento no país, e 54 no exterior. Após um longo período de aperfeiçoamento e algumas mudanças, ocorre em 1995 uma reestruturação. Naquele ano, segundo fonte da CAPES o sistema de pós-graduação ultrapassou mil cursos de mestrado e 600 de doutorado, envolvendo cerca de 60 mil alunos. (CAPES, 2008)

Com 57 anos de criação, o Congresso Nacional aprova através da lei nº 11.502 de 2007, no dia 11 de julho a nova CAPES. Assim, além de coordenar o padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro,

passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

O decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009 consolida isso, instituindo a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Após mudança em sua estrutura a CAPES desenvolve diversas ações conforme sua missão. Inicia-se uma gama de programas que contribuem para a qualificação básica e estimula-se o uso de tecnologias da informação e comunicação na educação presencia e a distância. (CAPES, 2008)

Segundo a CAPES (2008), as suas atividades podem ser agrupadas em uma linha de ações, e cada uma possui um conjunto estruturado de programas, são elas:

- Avaliação da pós-graduação stricto sensu;
- Acesso e divulgação da produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional.
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para educação básica nos formatos presencial e a distância.

A CAPES desempenha papel importante no cenário nacional e é decisiva para o êxito do sistema nacional de pós-graduação. Sua avaliação, de aperfeiçoamento continuado serve como um padrão de excelência acadêmica para mestrados e doutorados, servindo de base para políticas nessa área, também como fomento, com bolsas de estudo, auxílios e apoios.

### 3.13 FINEP

A FINEP (2014) é uma empresa pública vinculada ao MCTI. Foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965. Posteriormente, a FINEP substituiu e ampliou o papel exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), constituído em 1964 com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades.

Em 31 de julho de 1969, o Governo instituiu o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, destinado a financiar a expansão do sistema de C&T, tendo a FINEP como sua Secretaria Executiva a partir de 1971.

Sua capacidade de financiamento em CT&I, juntamente com a capacidade de utilizar recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, além de outros instrumentos utilizados por ela, proporciona grande capacidade de contribuir para a inovação, aumentando a capacidade do setor empresarial. (FINEP, 2014)

A FINEP repassa recursos para a FAPESC que por sua vez repassa este recurso para as instituições afins que se beneficiam destes, ou complementa esses recursos.

### **3.13.1 Fundos Setoriais da FINEP**

Os fundos setoriais foram criados a partir de 1999, e eles são utilizados pela FINEP como instrumentos para o financiamento de projetos de pesquisa em ciência e tecnologia, desenvolvimento e inovação do país. (FINEP, 2012)

Segundo a FINEP (2012), existem 16 fundos setoriais, destes 14 são de setores específicos e 2 são transversais. Em 2004, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, definiu as Ações Transversais como programas estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que tinham ênfase na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do Governo Federal à época. Hoje a referência das Ações é o Programa Brasil Maior e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012 – 2015. Um destes fundos transversais da FINEP é voltado para interação universidade-empresa (FVA-Fundo verde-amarelo), e o outro apoia a melhoria da infraestrutura de ICTS.

A gestão desses fundos ocorre por meio de uma Comissão de Gestão. Cada fundo possui a sua comissão. O cargo presidencial é de responsabilidade de um representante do MCT, sendo que fazem parte destes comitês representantes de ministérios afins, setores empresariais, acadêmicos, agências de controle, agências do MCT, FINEP e CNPq. (FINEP, 2012)

Segundo a FINEP (2012), os Comitês Gestores definem as diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos. Ainda em 2004 foi estabelecido o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, com o objetivo de integrar suas ações. Sendo este formado pelos presidentes dos Comitês Gestores, pelos presidentes da FINEP e do CNPq, e presidido pelo Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Os recursos são alocados no Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (FNDCT) e administrados pela FINEP, com exceção do (FUNTEL), Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico

das Telecomunicações que é gerido pelo Ministério das Comunicações. (FINEP, 2012)

Ainda segundo a FINEP (2012), receitas para esses Fundos vem de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais da União, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos/transfêrencia de tecnologia do exterior e parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores. Segundo Krieger (2011) apud Octaviano (2011), é importante que os fundos tenham maior influência no seu setor, sendo que segundo o autor:

...é necessário que cada um dos fundos tenha maior participação na discussão e elaboração de políticas para desenvolvimento daquele setor, uma vez que a ideia na criação dos Fundos Setoriais foi que eles, com eficiência, desenvolvessem toda a cadeia para o progresso do setor, desde a formação de recursos humanos e a criação de novos conhecimentos, até a sua aplicação para o desenvolvimento do país.

Os fundos setoriais da FINEP utilizados como instrumento para financiamento de CT&I no país são de suma importância para o desenvolvimento da área. Possibilitam milhares de projetos, e além de gerar pesquisa e conhecimento, implementam esses projetos nas empresas, algo que muitas vezes não ocorre, e que realmente é o que faz gerar competitividade entre as empresas, gerando inovação, entrando num ciclo de desenvolvimento, ligando deste modo o poder público ao privado.

### 3.14 FORMAS E INSTRUMENTOS DE APOIO DA FAPESC

A FAPESC atua por meio de políticas públicas, para apoiar programas, projetos, bolsas e eventos através de editais públicos. Para um maior entendimento de sua estrutura de trabalho, a pesquisa apresenta alguns conceitos importantes sobre esses temas.

#### 3.14.1 Políticas Públicas

Para o desenvolvimento de diversos setores da economia nacional e para atuação em nessas áreas, como educação, saúde, segurança entre outros, que são a grande responsabilidade do poder público, e para obter

resultados nessas áreas promovendo o desenvolvimento e o bem estar da sociedade o governo utiliza-se das chamadas Políticas Públicas.

Segundo o SEBRAE/MG (2008), “elas podem ser definidas, como um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) dos problemas existentes na sociedade.”

Sendo assim, as Políticas Públicas são todas as ações, metas, programas e planos governamentais de qualquer âmbito, traçados para alcançarem seus objetivos, proporcionando maior desenvolvimento e bem-estar da população. É importante salientar que quem define as ações para gerar o bem-estar é o poder público e não a sociedade.

Segundo Geraldello (2012), política pública é o “campo do conhecimento que busca colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação e propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. A autora prossegue, constatando que a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A sociedade tem como papel reivindicar solicitações para aqueles que o representam, pois ela não consegue se expressar de uma forma integral, sendo estes representantes, os governantes do legislativo que mobilizam o poder executivo para que as demandas da sociedade possam ser atendidas. (SEBRAE/MG, 2008)

Neste cenário, as Políticas Públicas surgem do resultado da competitividade entre os diversos segmentos da sociedade que buscam os seus interesses, sendo estes específicos, como a construção de algo, ou geral, como a garantia de saúde educação, e segurança para toda a sociedade.

Segundo Geraldello (2012), os principais elementos das Políticas Públicas são:

- A distinção entre o que o Governo pretende fazer e o que de fato faz;
- O envolvimento de diversos atores (formais e informais);
- A abrangência – não se limita a leis e regras;
- A ação intencional e de longo prazo;
- Os processos: Decisão – Proposição – Implementação – Execução – Avaliação.

### **3.14.2 Programas**

Programa é definido pelo Guia PMBOK (2013, p.9), 5º edição:



...como um conjunto de práticas em gerencia de projetos, como um grupo de projetos que tenham a mesma relação, que são gerenciados de modo coordenado para obtenção de benefícios estratégicos e controle que não seriam possíveis se esses projetos fossem geridos individualmente. Estes podem ter trabalhos relacionados fora do escopo de projetos diferentes no programa. Um programa sempre terá projetos, já um projeto pode ser individual, não necessitando estar em um programa.

O que faz com que projetos estejam relacionados a um determinado programa, é o resultado comum dos mesmos. Com outros tipos de relação, como de um cliente, vendedor, tecnologia ou mesmo recurso compartilhado para os vários projetos, estes devem ser gerenciados como um portfólio de projetos. O centro da gerencia de programas está nas interdependências dos projetos, auxiliando a determinação da melhor abordagem para gerenciá-los. (PMBOK, 2013)

Segundo o Guia PMBOK (2013, p.9) tais ações são:

Solução de restrições e/ou conflitos de recursos que possam afetar múltiplos projetos do sistema;  
Alinhamento da orientação estratégica/organizacional que afeta as metas e objetivos do projeto e do programa; Solução de problemas e gerenciamento de mudanças em uma estrutura de governança compartilhada.

É importante ressaltar a diferença entre projetos e programas. Ambos usam habilidades técnicas parecidas, porém são realmente muito diferentes. Na estrutura, a equipe do programa é mais ampla, pois inclui gerentes de projeto e todos os membros dos projetos, enquanto que a equipe de um projeto pode não ter tantas pessoas. (STAKEHOLDER, 2013)

Segundo o site Stakeholder (2013), quanto ao esforço, um programa é uma coleção de projetos, juntos formam um pacote definido de trabalho. Quanto a duração, os programas são mais longos, pois tratam de mais elementos. Programas são divididos em parcelas ou fases, projetos são divididos em parcelas, mas às vezes sua durabilidade não é o suficiente para se chegar a fases. No quesito benefícios, a equipe do

programa trabalha para obter resultados. Eles podem ser tangíveis ou não, sendo que o benefício de um programa se dá em uma escala maior, pois é a soma de todos os esforços dos projetos envolvidos, trazendo uma mudança considerável para a empresa, instituição, uma política ou uma mudança cultural. (STAKEHOLDER, 2013)

A FAPESC possui atualmente um conjunto de programas como o Geração TEC, Inova SC e o Sinapse da Inovação, desenvolvidos em parcerias com órgãos e INCTs de âmbito federal e estadual.

### 3.14.3 Projetos

A pesquisa já apresentou alguns aspectos relativos ao conceito de projeto anteriormente ao discorrer sobre programa, agora, se esclarece melhor o que são projetos e como eles são geridos.

O Guia PMBOK (2013, p.3) define projeto como:

Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A natureza temporária dos projetos indica que eles têm um início e um término definidos.

Segundo o autor Bonfin apud Maximiano (2002), a definição de projeto é “um empreendimento temporário de atividade com início, meio e fim programados, que tem por objetivo fornecer um produto singular e dentro das restrições orçamentárias.”

Um projeto é um empreendimento caracterizado por ser, temporário, com um objetivo único, específico, e bem definido, com início, meio e fim, apresentando uma mudança no contexto no qual está inserido, diferentemente de uma rotina, de operação normal de uma empresa, o que ocorre geralmente é que ao fim de um projeto, este leve para que se obtenha uma atividade rotineira. (PMBOK, 2013)

Segundo o Guia PMBOK (2013), cada projeto cria um produto, serviço ou resultado único. O resultado do projeto pode ser tangível ou intangível. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas e atividades do projeto, esta repetição não muda as características fundamentais e exclusivas do trabalho do projeto. Por exemplo, prédios de escritórios podem ser construídos com materiais idênticos ou similares e pelas mesmas equipes ou equipes diferentes. Entretanto, cada projeto de prédio é único, com uma localização diferente, um design diferente, circunstâncias e situações diferentes, etc.

Projetos são necessários em muitos casos, principalmente na criação de algo novo, quebrando a rotina, e elevando o patamar daquilo que está sofrendo ação de um projeto.

### 3.15 RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS NA ÁREA DE CT&I

#### 3.15.1 Apoio por Editais

Recursos não reembolsáveis são disponibilizados principalmente por meio desses editais públicos, e estes recursos depois de liberados não precisam mais ser devolvidos ao órgão apoiados, ou seja, o beneficiado ganha esse recurso para que ele seja usado em seu projeto.

Uma das formas de se repassar recursos não reembolsáveis são por meio de editais, que são formas utilizadas pelos órgãos de fomento à inovação, caso da FAPESC, para que se torne público processos seletivos relacionados aos seus programas, eventos, bolsas e projetos, entre outros. São eles que possibilitam a formalização de parcerias, como, com o governo federal, para investimentos em políticas de apoio com foco no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. A FAPESC trabalha com editais específicos para cada área e também com edital universal, que é um edital com escopo maior que contém diversos setores dentro dele.

Segundo o Portal PROTEC- Pró-inovação na Indústria Brasileira (2014), o artigo 19 da Lei 10.973 de 2004, mais conhecida como Lei da Inovação, prevê, entre outros itens, a concessão de recursos financeiros por parte da União para promover o desenvolvimento de produtos ou processos em empresas nacionais. Para ter acesso aos recursos, as empresas participam de editais lançados por agências de fomento.

A FINEP, é o principal órgão deste mercado, operando com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia – FNDCT, Parte substancial dos recursos do FNDCT são repassados por meio dos fundos setoriais. Em nível estadual a FINEP se utiliza das FAPs para repassar recursos, por meio de editais, no caso de Santa Catarina pela FAPESC.

Como exemplo, tem-se o edital do Programa de Apoio à Pesquisa nas Empresas (PAPPE-Subvenção), edital importante, viabilizado por meio de um convênio entre a FINEP e fundações estaduais de amparo à pesquisa em todo o país. O edital é aberto em cada estado em períodos diferentes, e podem se inscrever projetos de inovação de empresas de vários estados, inclusive Santa Catarina por meio da FAPESC. (PROTEC, 2014)

### **3.15.2 Apoio Por Meio de Eventos**

Eventos são acontecimentos que são antes planejados, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um local ao mesmo tempo, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia são denominados eventos. Segundo Martins (2003):

Eventos são todos os acontecimentos previamente planejados, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto, apresentando os diagnósticos de resultados e os meios mais eficazes para se atingir determinado objetivo.

O evento tem o objetivo de divulgar, capacitar, educar, promover ou integrar, sendo então, toda a atividade onde uma determinada organização interage com os públicos diversos ou públicos específicos.

### **3.15.3 Apoio Por Meio de Bolsas**

Segundo Jerônimo (2010), uma bolsa de estudo consiste em uma prestação pecuniária, ou seja, em dinheiro, para um estudante por meio de uma entidade privada ou pública para participação com frequência a um curso ou ao desenvolvimento de um trabalho de pesquisa.

Ela visa a contribuir financeiramente ao aluno para custear despesas de moradia, alimentação e transporte, entre outros gastos relativos aos estudos.

Ela pode ser destinada ao aluno por meio de natureza econômica do mesmo, ou seja, sua renda mensal e de sua família, ou acadêmica, sendo esta por meio de seu rendimento escolar.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nessa etapa do trabalho é apresentado os resultados do apoio realizado pela FAPESC nos anos de 2012 e 2013 e alguns comentários a respeito.

#### 4.1 DADOS DA FAPESC 2012-2013

A pesquisa aborda agora a relevância da atuação da FAPESC comprovada por meio de dados referentes ao apoio a CT&I no estado catarinense nos anos de 2012 e 2013.

Os valores apresentados referentes ao ano de 2012 foram obtidos por meio de acesso ao relatório anual de atividades disponibilizado no portal da FAPESC na internet, assim como os dados de 2013.

O relatório de atividades correspondente ao ano de 2012 apontou que o orçamento da FAPESC totalizou nesse período R\$ 59.582.059,73 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, cinquenta e nove reais e setenta e três centavos) entre apoio à pesquisa, inovação, capacitação de recursos humanos e gastos operacionais, um recorde até então. Desse total, aproximadamente R\$ 50 milhões foram aplicados em projetos, enquanto no orçamento executado em 2011 (R\$53,8milhões), R\$47 milhões se destinaram a projetos, significando um crescimento de 6,4%. (FAPESC, 2012)

Na tabela 1, há alguns dados de agosto de 2012, como o número de projetos ativos e pesquisadores contemplados até então.

Tabela 1: Dados de 2012

EM 2012	
Projetos Ativos	1.534
Pesquisadores contemplados	4.000
Entidades contempladas	255
Bolsas concedidas	640
Dados de 29/08/12	

Fonte: Relatório de Atividades da FAPESC (2012)

Em 2012, a FAPESC manteve cerca de 1500 projetos ativos, a imensa maioria selecionada por meio de chamadas públicas.

Em 2013, a FAPESC manteve aproximadamente 1500 projetos ativos, envolvendo cerca de 4.000 pesquisadores das mais variadas instituições. (FAPESC, 2014)

Apoiar a formação de recursos humanos e suas ideias também é uma área estratégica da fundação, por isso, ela investiu 19.819.761,39 em

projetos individuais. A participação do estado como principal fonte de recurso é notória com o valor de 33.799.751,36 milhões em 2013, superando e muito os recursos federais que totalizaram um pouco mais de 7 milhões.

Sua operação, em 2012, ocorreu com 35% do montante estabelecido na Constituição e na Lei Catarinense de Inovação, que é de 1% sobre a receita do Estado, especificamente para a FAPESC. Com R\$35 milhões por ano de recursos, quando ocorre a soma de todas as demais fontes estaduais e federais, ela se coloca como uma das mais ativas entidades dentre as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa do país. (FAPESC, 2012)

Para isso, usa como estratégia intensificar a busca de parcerias com empresas e agências nacionais, como CNPq, FINEP, Ministério da Saúde, SEBRAE/SC e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Exemplo dessa estratégia é o Programa Universal, que abrange muitos pesquisadores voltados às atividades básicas de pesquisa acadêmica. Juntos eles receberam um montante superior a R\$10 milhões. Vale destacar ainda o Programa Sinapse da Inovação e o Programa de Subvenção à Inovação em Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina.

Na figura 4, nota-se o impacto socioeconômico gerado pelo apoio da FAPESC nas incubadoras do estado, gerando mais de dois mil empregos.

Figura 4: Investimento em Incubadoras



Fonte: Relatório de Atividades FAPESC (2012)

Alguns apoios à pesquisa realizada pela FAPESC no ano de 2012 podem ser destacados: Programa para facilitar comunicação entre crianças surdas e ouvintes; sistema de rastreabilidade para aves e suínos;

Jogo gratuito para estimular o aprendizado sobre a biodiversidade; Obras de autores catarinenses disponíveis online; Núcleos Emergentes e de Excelência; Pesquisa para o SUS; Programa Universal; Rede Guarani - Serra Geral; Incubadoras e parques tecnológicos; Institutos nacionais de ciência. Para os quatro INCTs, foram destinados inicialmente R\$ 7,5 milhões.

Em 2012, houve a aprovação de complemento no valor de R\$ 5,6 milhões, dos quais R\$ 824 mil foram repassados ainda naquele ano, com intuito de fomentar áreas estratégicas do SNI, como a tecnologia da informação. Até o ano de 2012, foram gastos 12.837.010,01 em pesquisa universal. Na área de inovação, os exemplos mais expoentes são o Prêmio Stemmer (R\$ 487.648,65); Sinapse da Inovação; Pappé (Programa de Subvenção à Inovação em Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina); Inova@SC. E na área de capacitação de Recursos Humanos o GeraçãoTEC e concessão de Bolsas. (FAPESC, 2012)

Na tabela 2, é ressaltada o apoio da FAPESC na capacitação e formação em recursos humanos pelas cidades do estado pelo programa GeraçãoTEC.

Tabela 2: Programa GeraçãoTEC (2012)

PANORAMA GERAL DO GERAÇÃOTEC NO ESTADO					
Cidade	Inscritos	Iniciantes	Formados		
			Formação Profissional	Capacitação Gerencial	MEI
GDE. FPOLIS 2011/2012	1125	441	303	0	92
Total Grande Fpolis	3164	665	450	0	92
LAGES	600	168	99	0	48
BLUMENAU	2468	601	234	223	103
CRICIÚMA	385	85	62	0	42
TUBARÃO	345	70	49	0	13
JOINVILLE	706	201	130	0	39
CHAPECÓ	575	144	110	0	22
JARAGÚA SUL	125	32	25	0	0
JOAÇABA	195	58	42	0	20
RIO DO SUL	136	55	42	0	23
ITAJAÍ	266	81	66	0	74
VIDEIRA	84	84	0	84	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7010</b>	<b>2020</b>	<b>1262</b>	<b>307</b>	<b>476</b>

Fonte: Relatório de Atividades FAPESC (2012)

Na tabela 3, está representado o total de valores do orçamento da FAPESC no ano de 2012, além de valores de alguns projetos, demonstrando os valores expressivos para o apoio à CT&I no estado.

Tabela 3: Total do Orçamento - 2012

Ano 2012	Valor
Total Projetos e Chamadas	50.556.232,43
Total Por Fonte Despesas Administrativas	9.025.827,30
Total	59.582.059,73

Fonte: Relatório de Atividades FAPESC (2012)

Na tabela 4, foi feito um recorte de alguns projetos nos diferentes âmbitos como a área de recursos humanos, inovação nas empresas e infraestrutura de CT&I no ano de 2013:

Tabela 4: Exemplos de Programas, projetos e chamadas públicas em 2013

<b>Programas, projetos e chamadas públicas – 2013</b>	<b>Valor</b>
Bolsas (Mestrado e Doutorado)	305.100,00
Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação	1.481.184,61
Sinapse da Inovação / Ideias que viram negócios	899.816,00
Laboratórios e outras dependências para pesquisa (Infraestrutura de CTI)	518.065,67
Subvenção econômica à inovação em empresas	3.045.962,02
Bolsas de Iniciação Científica Júnior	19.336,63

Fonte: FAPESC (2014)

A tabela 5, corresponde ao total de valores por área específica, nela tem-se o total de investimento em programas e projetos, projetos individuais, total de projetos ativos em 2013 e, por fim o total de despesas administrativas.

Tabela 5: Total do Orçamento em 2013

<b>Orçamento 2013</b>	<b>Valor</b>
Total Programas e Projetos	32.962.324,99
Projetos Individuais	19.819.761,39
Total de Projetos Ativos em 2013	54.588.522,38
Total Despesas Administrativas 2013	9.749.487,24



<b>Total</b>	<b>62.531.573,62</b>
--------------	----------------------

Fonte: FAPESC (2014)

As fontes de recursos na tabela 6, correspondem ao Tesouro Estadual para fontes Estaduais, a ANA, CNPq, FINEP e MCTI constituindo os recursos federais, e BNDS, Carvão (SDS), EMBRACO, Fundo de Desenvolvimento Social, Fundo Catarinense de mudanças climáticas, Fundo Estadual de Saúde, Fundo Próprio, UDESC e Outras:

Tabela 6: Fontes de Recursos da FAPESC em 2013

<b>Fontes de Recursos 2013</b>	<b>Valor</b>
Recursos Estaduais	33.799.751,36
Recursos Federais	7.646.662,17
Outras Fontes de Recursos	21.085.160,09
<b>Total FAPESC – 2013</b>	<b>62.531.573,62</b>

Fonte: FAPESC (2014)

É possível então, perceber o crescimento que se teve em relação ao número de projetos ativos de 2011 a 2013, sendo que o valor passou de 47 milhões para 54 milhões nesse período. Este fato mostra que o crescimento da FAPESC foi contínuo ao longo dos anos, sendo que esse valor em 2012 foi de 51 milhões. Outro fato interessante, foi que as despesas administrativas se mantiveram no mesmo patamar nesse período, ficando na casa de 9 milhões de reais.

É possível ressaltar o papel do Estado como principal fonte de recurso da FAPESC, com 33 milhões de reais, superando os recursos federais, que totalizaram mais de 7 milhões, e a importância que há nas parcerias realizadas, que totalizaram um montante importante de recursos, com mais de 21 milhões de reais.

A resposta referente a pergunta de pesquisa, no qual se refere a distribuição regional dos recursos, realizada pela FAPESC, foi impossibilitada de ser respondida, pois não foi possível a obtenção dos dados referentes a distribuição regional em seu site, e nem por nenhuma outra forma de contato, seja ela por e-mail, ou contato telefônico, desta forma, não foi possível descrever como a FAPESC distribui seus recursos regionalmente.

Sendo assim, fica a ressalva negativa à FAPESC quanto a disponibilização de seus dados no que diz respeito à distribuição regional dos recursos pelo estado, já que consta na legislação que a FAPESC deve distribuir os valores pelo estado de forma igualitária, contribuindo para a melhoria dos padrões de desenvolvimento e contribuindo para a diminuição das desigualdades das regiões.

## **5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS**

Como visto, a FAPESC é uma fundação pública estadual, que faz parte do Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina, que compõe o Sistema Nacional Brasileiro juntamente com outros órgãos e demais FAPS, contribuindo para o processo de descentralização do fomento à pesquisa e inovação no país.

Cabe destacar seu papel no cenário regional e a autonomia do estado em dirigi-la, sendo esta sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, personalidade jurídica de direito privado e dotada de autonomia administrativa.

A pesquisa possibilitou descrever sua história iniciada com o apoio público à C&T e pesquisa no estado na década de 80, dentro do movimento que levou à criação da rede de fundações de amparo à pesquisa no país.

O modelo das FAPs teve inspiração no trabalho desenvolvido pela FAPESP fundação do estado de São Paulo criada no ano de 1962. Merece destaque a estruturação e consolidação do CONFAP criado em 2006 para articular a ação das FAPs e que hoje reúne 27 Fundações.

A pesquisa mostrou ser de grande relevância a ação do Sistema Regional de Inovação no desenvolvimento descentralizado de apoio à CT&I, contribuindo para a diminuição da desigualdade regional em um país de grande extensão territorial e realidades ambientais e sócio econômicas muito distintas.

O papel das FAPS, nesse contexto, é de suma importância pois elas dão capilaridade à CT&I, aproximando e adequando as políticas nacionais às demandas locais.

Cabe ressaltar as parcerias da FAPESC como importantes para a consolidação de um fundo estável e concreto para realização das atividades de apoio a CT&I em Santa Catarina. Nesse aspecto, merece citação em especial a FINEP, por meio dos Fundos Setoriais, CNPq e CAPES, assim como também, o apoio de fundos oriundos de recursos próprios do estado, garantidos por meio da Constituição Estadual.

Pesquisa e inovação correspondem ao foco principal do governo para o desenvolvimento econômico do país. Ele procura a redução da defasagem de CT&I frente aos países desenvolvidos, o crescimento sustentável com desenvolvimento de produtos e serviços de alto valor agregado, não apenas de commodities. Para isso fomenta a P&D, principalmente a inovação, fatores críticos para que o Brasil se desenvolva tecnologicamente, de maneira sustentável e consiga competir com os países avançados em relação a CT&I. Assim a FAPESC é um importante agente ativo governamental desse processo.

É possível notar seu papel no desenvolvimento econômico e científico do estado catarinense, sua função de destaque para o fomento à pesquisa, inovação e formação e capacitação de recursos humanos. Além de uma articulação entre empresas e estado, o apoio ao crescimento econômico de modo sustentável, respeitando áreas prioritárias definidas pelo MCTI e investimento em projetos individuais.

Como visto a FAPESC vem aumentando sua contribuição para CT&I em Santa Catarina, se constituindo em uma instituição única para esse tipo de apoio no estado, permitindo investimentos consideráveis que alavancam a economia e o conhecimento do estado. No ano de 2012 o montante total chegou quase aos 60 milhões de reais, enquanto que em 2013 esse valor foi superado, chegando a quase 63 milhões de reais.

A pesquisa informou e dimensionou o papel da FAPESC como uma Fundação de suma importância para a inovação estadual, conhecendo o que ela representa para o estado de Santa Catarina num período onde o governo federal procura fortalecer o SNI, o apoio à infraestrutura da CT&I, a formação de pessoas capacitadas para elevar o patamar do país, para que o Brasil possa vir futuramente a ser uma referência e uma potência econômica baseada em CT&I.

A FAPESC, tem papel de destaque para descentralizar e apoiar a elevação de conhecimento, apoiar a pesquisa e inovação e fortalecer o Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina.

Sendo assim, os objetivos deste trabalho foram alcançados, sendo representada na pesquisa a estruturação do SRI, o histórico e formação da CT&I catarinense e da FAPESC, a importância que ela possui como fomentadora da CT&I no estado e sua forma de atuação.

Porém, não foi possível responder a pergunta de pesquisa no que se refere a distribuição de seus recursos pelo estado, assim não se pode analisar se ela cumpre esse papel conforme sua legislação.

Fica a importância da pesquisa, também pelo fato de não ser encontrado em nenhum portal de periódicos e artigos, trabalhos estruturados desta forma sobre o tema.

Por fim, fica a relevância de realização de um estudo futuro sobre a FAPESC, a partir de uma pesquisa com os principais idealizadores e formadores da fundação para que se tenha uma visão mais completa sobre a sua operacionalização, visão de futuro e impacto que ela proporciona para o estado catarinense.

## REFERÊNCIAS

- ACAFE. **Memória**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.acao.org.br/new/index.php?endereço=conteudo/institucional/memoria.php>>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- ACAFE. **Missão**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.acao.org.br/new/index.php?endereço=conteudo/institucional/missao.php>>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- ALBUQUERQUE, E. da M. e. **Idéias fundadoras**. Revista Brasileira de Inovação v. 3, n. 1, p.9-13, 2004.
- BARBI, Fernando. **Conceitos Importantes**. 2009.  
Fernando@gestaodeprojeto.info. Disponível em:  
<<http://www.gestaodeprojeto.info/introducao>>. Acesso em: 03 set. 2014.
- BATISTA, Diene. **Você sabe o que é CNPq?**. 2010. Disponível em:  
<[http://www.ucg.br/ucg/agencia/home/secao.asp?id\\_secao=3546](http://www.ucg.br/ucg/agencia/home/secao.asp?id_secao=3546)>.  
Acesso em: 01 maio 2010.
- BOMFIN, David Ferreira; NUNES, Paula Cristine de Ávila;  
HASTENREITER, Flávio. **GERENCIAMENTO DE PROJETOS  
SEGUNDO O GUIA PMBOK: DESAFIOS PARA OS GESTORES**.  
Revista Gestão e Projetos - Gep, São Paulo, v. 3, n. 3, p.58-87, dez.  
2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>.  
Acesso em: 07 out. 2014.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**.  
Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)  
>. Acesso em: 05 maio 2014.
- BRASÍLIA - DF. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO (MCTI). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e  
Inovação 2012 – 2015: Balanço das Atividades Estruturantes 2011**.

Brasília: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012. 220 p.

CAPES. **História e missão**. 2008. Disponível em:  
<<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CGEE. **Quadro do SNCT&I**. 2010. Disponível em:  
<[http://www.cgee.org.br/quadro/quadro\\_atores.php](http://www.cgee.org.br/quadro/quadro_atores.php)>. Acesso em: 20 maio 2014.

CNPq. **A Criação**. 2013. Disponível em:  
<<http://www.cnpq.br/web/guest/t/a-criacao>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

CNPq. **O CNPq**. 2013. Disponível em:  
<<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=8EA28358DE9FF3F650EC9FC0797AAF69>>. Acesso em: 25 ago. 2014

CONFAP. **Informações sobre FAPS**. 2014. Disponível em:  
<<http://confap.org.br/news/informacoes-sobre-faps/>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

FAPESC. **HISTÓRICO**: Breve histórico da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e das instituições que a originaram. 2011. Disponível em:  
<[http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16&Itemid=27](http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=27)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

FAPESC. **Logomarca**. 2014. Disponível em:  
<[http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14&Itemid=25](http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=25)>. Acesso em: 06 abr. 2014.

FAPESC. **Resumo de Atividades 2013**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.fapesc.sc.gov.br/resumo2013/>>. Acesso em: 02 jul. 2014

FAPESP. **CNPq: 50 anos de ciência**: Agência é responsável pela sistematização do apoio à pesquisa que permitiu ao Brasil ingressar na elite científica mundial. Revista de Pesquisa Fapesp, São Paulo, v. 64, n. -, p.1-1, maio 2001. Disponível em:  
<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2001/05/01/cnpq-50-anos-de-ciencia/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

FAPÈSP. **Criação e Estruturação da FAPESP**. 2014. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/28>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

FINEP. **A EMPRESA**. 2014. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=institucional\\_empresa](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=institucional_empresa)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

FINEP. **Glossário termos e conceitos**. 2012. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/o\\_que\\_e\\_a\\_finep/conceitos\\_ct.asp#indiceI](http://www.finep.gov.br/o_que_e_a_finep/conceitos_ct.asp#indiceI)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FINEP. **O QUE SÃO FUNDOS**. 2012. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=fundos\\_o\\_que\\_sao](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=fundos_o_que_sao)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

GERALDELLO, Camilla. **Políticas Públicas Hoje: conceitos e modelos**. 2012. Disponível em: <<http://www.igepri.org/observatorio/?p=6794>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

GUIMARÃES; SOARES, Fabio Celso de Macedo. **Finep**. 2000. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/o\\_que\\_e\\_a\\_finep/conceitos\\_ct.asp#indiceI](http://www.finep.gov.br/o_que_e_a_finep/conceitos_ct.asp#indiceI)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

IEIS, Fabiana; BASSI, Nadia S. Schmidt; SILVA, Cristian Luiz da. **Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: o Resultado da Cooperação nas Empresas Privadas e Estatais a partir de 2000**. Revista Espacios, Caracas, v. 34, n. 7, p.5-16, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a13v34n07/13340705.html>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

IEL/SC. **APRESENTAÇÃO**. 2014. Disponível em: <<http://www.ielsc.org.br/web/pt/info/apresenta-ao>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

JERÓNIMO, Miguel Júlio Teixeira Guerreiro. **O papel da Acção Social na igualdade de oportunidades de acesso e frequência de estudantes do Ensino Superior Politécnico Público português**. 2010.

559 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Doctorado: Avances En Formación del Profesorado, Departamento de Departamento de Ciências de La EducaciÓn, Universidad de Extremadura, Portugal, 2010. Disponível em: <[https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/353/1/Tese Doutoramento MIGUEL JERONIMO 14 Janeiro 2011.pdf](https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/353/1/Tese%20Doutoramento%20MIGUEL%20JERONIMO%2014%20Janeiro%202011.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LABIAK JUNIOR, Silvestre. **Método De Análise Dos Fluxos De Conhecimento Em Sistemas Regionais De Inovação**. 2012. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LAKATOS, **Fundamentos de Metodologia Científica**, 7º edição, São Paulo, ed. Atlas, 2010, p 185.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Manual de Oslo. 3 ed.: **OECD**, 2005. 184 p.

MARTIN, Vanessa. Manual Prático de Eventos. São Paulo: Atlas, 2003.

Ministério da Saúde. **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)**. 2013. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sctie>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

NUNES, Paulo. **Recursos Financeiros**. 2009. Disponível em: <[http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/recursos\\_financeiros.htm](http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/recursos_financeiros.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2014.

OCTAVIANO, Carolina. **A institucionalização da pesquisa e o sistema nacional de CT&I no Brasil**. 2011. Edição:67. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=67&id=850>>. Acesso em: 15 maio 2014.

PELAEZ, Vitor; SZMRECSÁNYI, Tamás, organizadores. **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo. Hucitec. Ordem dos economistas do Brasil. 2006.



PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **UM GUIA DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS (GUIA PMBOK)**. 5. ed. Newtown Square, Pennsylvania: Project Management Institute, Inc., 2013. 165p.

RIO GRANDE DO SUL. FAPERGS. **Histórico**. 2010. Disponível em: <[http://www.fapergs.rs.gov.br/conteudo\\_puro.php?cod\\_menu=41](http://www.fapergs.rs.gov.br/conteudo_puro.php?cod_menu=41)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SANTA CATARINA. Fapesc. Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Relatório de Atividades - 2012**. Florianópolis: Dioesc, 2012. 44 p. Disponível em: <[http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48:0501-turismo-cientifico-descaracteriza-ritual-indigena-afirma-pesquisador&catid=8:noticias&Itemid=20](http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:0501-turismo-cientifico-descaracteriza-ritual-indigena-afirma-pesquisador&catid=8:noticias&Itemid=20)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SANTA CATARINA. Lei nº 3306, de 19 de outubro de 1989. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/porta/legislacao/constituicaoestadual.php>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO SUSTENTÁVEL. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.sds.sc.gov.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SANTOS, A.R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SANTOS, Josenito Oliveira. **Inovação e Desenvolvimento: Uma Abordagem Sobre O Papel Recente Dos Estados no Sistema Nacional De Inovação Do Brasil**. 2010. 105 f. Tese (Doutorado) - Curso de Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2010.

SEBRAE. **Quem somos**. 2014. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/quem\\_somos?codUf=25](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/quem_somos?codUf=25)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. 2008.

Disponível em:

<[http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL DE POLITICAS PÚBLICAS.pdf](http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL_DE_POLITICAS_PÚBLICAS.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

SILVA, Gil Braga de Castro; SILVA, Daniela Oliveira da. **Fundações públicas**: breves comentários. 2014. Disponível em:

<[http://www.ambito-](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5001)

[juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5001](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5001)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

STAKEHOLDER. **A diferença entre programas e projetos**. 2013.

Disponível em: <<http://stakeholdernews.com.br/artigo/programas-projetos-equipes/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

UDESC. **Objetivos, finalidades e princípios**. 2012. Disponível em:

<<http://www.udesc.br/?id=426>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

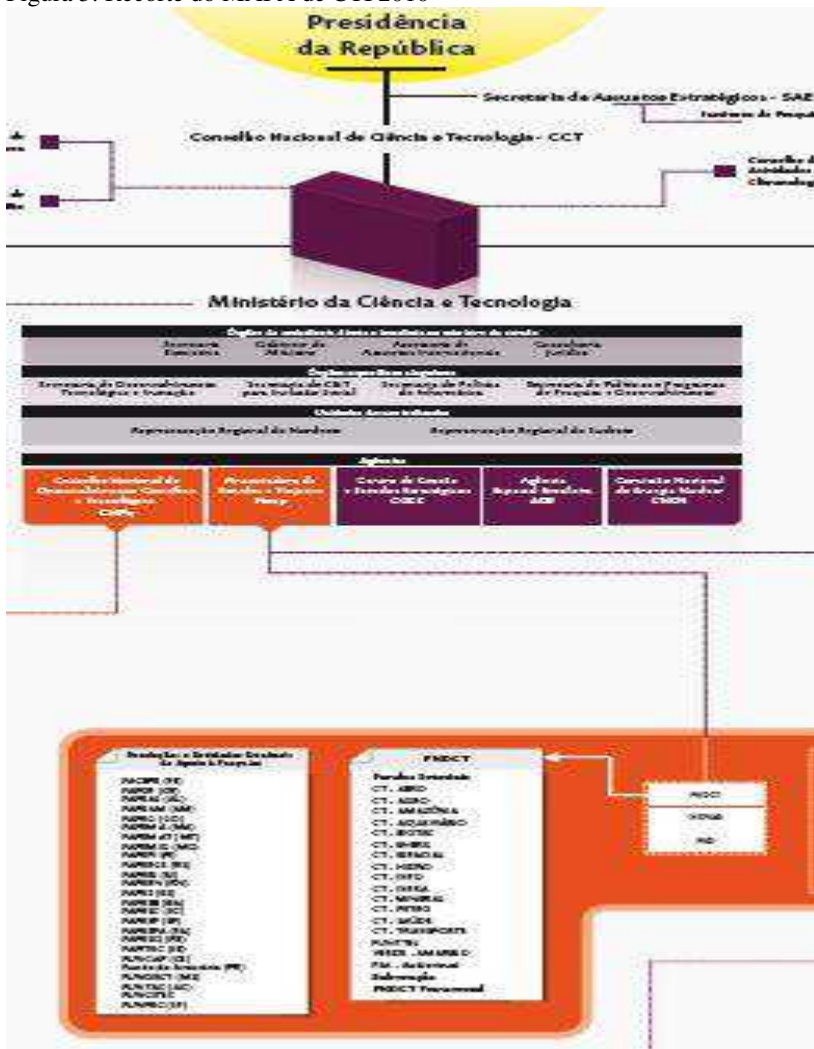
UFSC. **A UFSC**. 2014. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>.

Acesso em: 27 jul. 2014.



## ANEXO A – Descrição

Figura 5: Recorte do MAPA de CTI 2010



Fonte: CGEE (2010)

PROGRAMAS, PROJETOS E CHAMADAS PÚBLICAS	Nº DE PROJETOS	VALOR TOTAL	VALOR PAGO ATÉ 2012	DESEMBOLSO EM 2013	OUTRAS	
				TESOURO	FEDERAL	
Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX)	18	12.961.029,40	4.911.641,48	726.500,88	1.163.274,50	0,00
Pesquisa Universal	289	12.920.076,61	12.837.010,01	83.066,60	0,00	0,00
Tecnologia e outros projetos (Estrutura II)	1	12.127.189,32	5.005.116,83	1.603.922,66	2.056.989,11	0,00
Rede Estadual de Apoio a Dependentes Colúmbios	1	11.930.420,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Bolsas (Mestrado e Doutorado)	203	11.678.400,00	0,00	306.100,00	0,00	0,00
Economia Verde Sulista	50	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.700.166,28
Valorização do carvão mineral	7	8.900.000,00	4.313.400,00	0,00	0,00	1.564.504,00
Redes em Agrocondutoridade e Sustentabilidade Agroecolara	11	7.337.653,11	1.704.787,91	666.770,00	0,00	0,00
INOVA/SIC (SDS)	1	5.990.000,00	5.500.000,00	490.000,00	0,00	0,00
Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCTS)	4	5.566.589,22	4.106.404,61	1.461.164,61	0,00	0,00
Pesquisa para o SUS	12	5.120.000,00	2.662.036,70	61.042,70	1.396.921,60	1.000.000,00
Singelos da inovação / Inetas que viram negócios	100	5.000.000,00	0,00	899.816,00	0,00	0,00
Aquições Guarani e Serra Geral	5	4.250.000,00	2.062.941,92	0,00	258.588,61	0,00
Laboratórios e outras dependências para pesquisa (Infraestrutura de CTI)	85	4.130.130,42	2.341.242,10	0,00	518.066,67	0,00
Bioinvestigação	35	3.866.973,04	3.819.512,04	46.461,00	0,00	0,00
Bolsas Fapesp (pós-graduação)	128	3.790.040,00	3.290.780,00	642.260,00	0,00	0,00
Apoio a núcleos emergentes (PRONEX/)	9	3.526.806,60	1.191.342,60	223.175,00	0,00	150.000,00
Observatórios setoriais (Estrutura I)	1	3.223.474,50	2.601.149,70	0,00	622.324,80	0,00
Sustentação econômica a inovação em empresas	17	3.045.962,02	0,00	1.458.073,73	1.837.888,29	0,00
Polos Setoriais Industriais (SDS)	1	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00
Sistema Nacional de Pesquisas em Biodiversidade	4	2.718.975,20	2.583.166,80	136.809,40	0,00	0,00
Bolsas Fapesp (pós-graduação)	45	2.245.680,00	1.330.750,00	914.930,00	0,00	0,00
Prevenção a catástrofe naturais	17	1.987.048,80	1.969.048,80	18.000,00	0,00	0,00
Treinamento em Tecnologia da Informação (Estru 21 / Ebusa)	1	1.901.000,00	1.101.000,00	0,00	0,00	800.000,00
Apoio a grupos de pesquisa da Unesp	95	1.770.000,00	0,00	821.061,04	0,00	836.827,90
Melhoria da qualidade da aviação dos compressores e outros projetos (Embrano e UFSC)	3	563.054,00	322.127,00	0,00	0,00	220.927,00
Bolsas de Iniciação Científica Júnior	163	528.000,00	500.663,37	7.036,63	0,00	12.300,00
Apoio a eventos (Prevenios)	31	395.660,70	0,00	395.316,80	0,00	0,00
<b>TOTAL PROGRAMAS E PROJETOS</b>	<b>1317</b>	<b>150.486.162,94</b>	<b>64.121.098,87</b>	<b>14.073.547,03</b>	<b>7.516.552,76</b>	<b>11.272.425,18</b>

Fonte: FAPESC (2014)

Tabela 8: Fontes de Recursos Completo

FONTES	VALOR
<b>ESTADUAIS</b>	<b>33.799.751,36</b>
TEGOURO	33.799.751,36
<b>FEDERAIS</b>	<b>7.646.662,17</b>
ANA	258.588,81
CNPq	3.712.886,57
FINEp	3.644.877,40
MCTI	30.309,39
<b>OUTRAS</b>	<b>21.085.160,09</b>
BNDOS (SDS)	3.700.166,28
CARVÃO (SDS)	1.496.987,00
CARVÃO (FAPESC)	1.564.504,00
EMBRACO	220.927,00
FUNDO CATARINENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (SDS)	250.000,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FAPESC)	150.000,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SES)	3.000.000,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SDS)	141.000,00
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (SES)	1.000.000,00
FUNDO PRÓPRIO (FAPESC)	8.724.747,91
UDESC	636.827,90
<b>TOTAL FAPESC - 2013</b>	<b>62.531.573,62</b>

Fonte: FAPESC (2014)